



PROVA TIPO

1

## GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### CADERNO DE QUESTÕES

#### INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém **20 (vinte)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **2h** (duas horas) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **1h30** (um hora e trinta minutos) do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira seu **nome**, número do seu **documento de identificação** e o **curso escolhido**.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na Folha de Respostas objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo: 

1	A	B	C	D	E
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** objetivas e **assine a Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) fiscal de sala, os 03 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.

*Boa Prova!*

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

1. O Sistema Único de Saúde inclui os seguintes órgãos:

- A) instituições de seguros privados de saúde.
- B) serviços de saúde das Forças Armadas.
- C) instituições privadas de saúde e seguros de saúde.
- D) instituições filantrópicas e seguros de saúde.
- E) serviços públicos, instituições filantrópicas e privadas de saúde.

2. Qual dos princípios abaixo não faz parte da Lei Orgânica de Saúde, Lei Federal n.º 8.080/1990?

- A) Integralidade
- B) Universalidade
- C) Igualdade
- D) Centralização
- E) Direito à informação, das pessoas assistidas, sobre sua saúde

3. Na Lei Federal nº 8.080/1990 e na Constituição Federal do Brasil, está descrito que no Sistema Único de Saúde o poder municipal se apresenta como o principal responsável pela prestação da assistência da atenção à saúde, garantindo os princípios da universalidade e da integralidade do atendimento em todos os níveis da atenção. Isto se refere ao princípio da

- A) universalização da assistência.
- B) hierarquização da rede de serviços de saúde.
- C) integralidade da assistência.
- D) descentralização político-administrativa.
- E) participação da comunidade.

4. Sobre a Lei Federal n.º 8.080/90, é correto afirmar que consiste em atuações do Sistema Único de Saúde:

- A) a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico, o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde, e a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano.
- B) a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico, e no controle e na fiscalização de preços sobre o consumo de alimentos, água e bebidas.
- C) a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico, no controle e na fiscalização de produtos agrícolas de álcool e derivados.
- D) a execução de ações de saneamento básico, a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano, e no controle e na fiscalização de preços de produtos de álcool e derivados.
- E) a execução de ações, a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano, e no controle e na fiscalização de preços de produtos de álcool e derivados.

5. A Lei Federal n.º 8142/90, que dispõe sobre a participação da população no controle do SUS, afirma:

- A) são instâncias colegiadas do SUS os conselhos de saúde e as conferências de saúde.
- B) apenas as conferências de saúde são instâncias colegiadas do SUS.
- C) os conselhos de saúde são os únicos espaços de participação democrática do SUS.
- D) tanto as conferências estaduais como as nacionais, enquanto espaços de participação da população no SUS devem acontecer anualmente.
- E) os conselhos não são paritários.

6. A Lei Federal n.º 8.142/90 define a paridade de participação nas instâncias deliberativas do SUS, que são assim definidas:

- A) 50% de representantes dos usuários, 25% de representantes dos trabalhadores da saúde, e 25% de representantes de gestores e prestadores de serviços.
- B) 50% de representantes dos usuários e 50% de representantes dos trabalhadores da saúde.
- C) 50% de representantes dos usuários, 25% de representantes dos trabalhadores da saúde e 25% de representantes de prestadores privados de serviços.
- D) 25% de representantes dos usuários, 25% de representantes dos trabalhadores da saúde, 25% de representantes de gestores públicos e 25% de representantes de prestadores de serviços privados.
- E) 25% de representantes dos usuários, 25% de representantes dos trabalhadores da saúde, 25% de representantes de gestores públicos municipais e 25% de representantes de gestores públicos estaduais.

7. Em relação à participação da população no Sistema Único de Saúde, conforme a Lei Federal n.º 8.142/90, é correto afirmar que

- A) a participação paritária se refere à representação de gestores do setor público e do setor privado.
- B) as instituições prestadoras de serviços privados não participam das instâncias de participação social do SUS.
- C) a participação dos trabalhadores é reservada às atividades laborais nas unidades de saúde.
- D) as conferências e os conselhos de saúde não garantem a participação dos prestadores de serviços privados.
- E) os conselhos e as conferências de saúde têm composição paritária.

8. Uma das principais atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS) é a de formular políticas públicas. A formulação de políticas para o âmbito nacional é uma competência

- A) do Conselho Nacional de Saúde.
- B) da Agência de Vigilância Sanitária.
- C) da Agência Nacional de Saúde.
- D) do Conselho de Saúde Suplementar.
- E) do Ministério da Saúde.

- 9.** No contexto dos municípios, a responsabilidade de deliberar sobre a política municipal de saúde, conforme está descrito na Lei Federal n.º 8.142/90, é uma competência
- A) do Conselho Nacional de Saúde.
  - B) da Agência de Vigilância Sanitária.
  - C) da Agência Nacional de Saúde.
  - D) do Conselho Municipal de Saúde.
  - E) da Secretaria Municipal de Saúde.
- 10.** A Lei Federal n.º 8.142/90, dispõe sobre a
- A) participação dos gestores do SUS.
  - B) participação dos trabalhadores do SUS.
  - C) participação social no SUS.
  - D) responsabilidade dos trabalhadores do SUS.
  - E) responsabilidade dos gestores do SUS.
- 11.** De acordo com a Lei Federal n.º 8.142/90, são competências dos Conselhos de Saúde:
- A) deliberar sobre a política de saúde e fiscalizar recursos e serviços.
  - B) apenas fiscalizar hospitais e serviços de saúde diversos.
  - C) tomar providências administrativas para atender às necessidades do usuário.
  - D) atuar junto à gestão participativa para favorecer a participação dos gestores do SUS.
  - E) executar ações de alta, média e alta complexidade, fazer legislação complementar e inspecionar serviços e produtos.
- 12.** Conforme a Lei Federal n.º 8.142/90, são competências das Conferências de Saúde:
- A) conferir as medidas de impacto nos serviços de saúde.
  - B) fiscalizar a política de saúde.
  - C) verificar e tomar providências administrativas para atender às necessidades do usuário.
  - D) deliberar sobre as políticas e ações de saúde no âmbito do SUS.
  - E) conferir as ações das vigilâncias de saúde.
- 13.** As atribuições e Responsabilidades dos Gestores de Saúde Municipal, Estadual e Federal e do Ministério da Educação sobre a Política de Desenvolvimento do Trabalhador para o SUS, envolve
- A) a garantia e o incentivo na formação e qualificação profissional dos trabalhadores do SUS.
  - B) a garantia e o incentivo na formação e qualificação dos gestores do SUS.
  - C) a promoção de medidas que garantam o funcionamento de equipamentos para a realização das atividades inerentes ao trabalhador da saúde.
  - D) priorizar a educação permanente de trabalhadores para a saúde da família.
  - E) priorizar a educação permanente de trabalhadores para a alta complexidade.
- 14.** Complete a lacuna com a vigilância correspondente. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal n.º 8.080/90 confirmam a \_\_\_\_\_ como competência do SUS, embora de forma não exclusiva. A área de “exclusividade do SUS” diz respeito apenas à assistência, mas não às atividades relacionadas à fiscalização dos ambientes de trabalho.
- A) Vigilância Sanitária
  - B) Vigilância epidemiológica
  - C) Vigilância em saúde do trabalhador
  - D) SISVAN
  - E) Vigilância Ambiental
- 15.** Ao refletir sobre as características dos estados e municípios que formam a federação brasileira, Machado et al (2011) expressam que:
- I. os estados e municípios brasileiros apresentam características muito semelhantes entre si em termos geográficos, econômicos, sociais, sendo o único problema do SUS, a falta de capacidade administrativa dos seus gestores;
  - II. os estados e municípios brasileiros apresentam características muito diferentes entre si em termos geográficos, econômicos, sociais e de capacidade administrativa e financeira para a formulação e implementação das políticas públicas;
  - III. em função da imensa dispersão de recursos financeiros e humanos, o SUS passou a ser gerenciado apenas pelo governo federal, de forma centralizada, com um criterioso e detalhado sistema de controle dos seus gastos, razão pela qual sobra pouco tempo para as instituições de saúde atenderem a seus usuários;
  - IV. desde a Constituição de 1988, o processo de descentralização em saúde predominante no Brasil é do tipo político-administrativo, envolvendo não apenas a transferência de serviços, mas também a transferência de poder, responsabilidades e recursos, antes concentrados no nível federal, para estados e, principalmente, para os municípios;
  - V. a descentralização da política de saúde nos anos 90 contou com uma forte indução federal, mediante a formulação e implementação das Normas Operacionais (NO) do SUS e outras centenas de portarias.
- Verifica-se que
- A) apenas I, II e V são verdadeiras.
  - B) apenas III, IV e V são verdadeiras.
  - C) apenas I e II são falsas.
  - D) apenas II, IV e V são verdadeiras.
  - E) todas são falsas.
- 16.** A Constituição da República Federativa do Brasil afirma que Saúde é um
- A) direito de todos e do Estado, desenvolvido através de uma política econômica.
  - B) direito de quem precisa de assistência, para atender ao conjunto de suas necessidades.
  - C) direito de todos e um dever do Estado.
  - D) dever de todos e um direito do Estado.
  - E) direito e dever de todos e um dever do Estado.

**17.** Dadas as seguintes afirmativas com relação às disposições da Lei nº 8.080/1990,

- I. A alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais são fatores determinantes e condicionantes do estado de saúde de uma população.
- II. As ações previstas em lei devem ser praticadas pela iniciativa pública, ficando vetada a participação da iniciativa privada em qualquer instância.
- III. A saúde é um direito fundamental do ser humano, e é um dever das pessoas, da família, das empresas e da sociedade prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- IV. O Estado deve garantir a saúde a partir da execução de políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças.

verifica-se que somente

- A) a II é verdadeira.
- B) a III é verdadeira.
- C) I e IV são verdadeiras.
- D) I e III são verdadeiras.
- E) II e III são verdadeiras.

**18.** Analisando as afirmativas sobre a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, entende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde de trabalhadores. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são pertinentes aos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho as ações discriminadas em:

- I. assistência ao trabalhador, vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e a avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;
- II. definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e fiscalização das ações e serviços de saúde;
- III. elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador.

Verifica-se que

- A) apenas a I está correta.
- B) apenas a II está correta.
- C) apenas a III está correta.
- D) apenas I e II estão corretas.
- E) todas estão corretas.

**19.** Dentre as funções dos gestores do Sistema Único de Saúde – SUS, são atividades da área da gestão do trabalho:

- A) atuar somente para a implementação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários.
- B) atuar somente para viabilizar a operacionalização da Política Nacional de Educação Permanente para a Saúde.
- C) atuar somente no controle de frequências do trabalhador na unidade de saúde.
- D) atuar na implementação da Política Nacional de Educação para a Saúde e no Plano de Carreiras, Cargos e Salários.
- E) desenvolver pesquisa sobre o perfil epidemiológico da população.

**20.** As siglas PCCS e PEPS significam:

- A) PCCS – Plano de Carreiras e Controle de Salários; PEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.
- B) PCCS – Plano de Carreiras, Cargos e Salários; PEPS – Política Nacional de Educação para a Saúde.
- C) PCCS – Plano de Carreiras, Cargos e Salários; PEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.
- D) PCCS – Plano de Carreiras, Cargos e Salários; PEPS – Política Nacional de Educação Para o Trabalho em Saúde.
- E) PCCS – Plano de Carreiras, Cargos e Salários; PEPS – Política Nacional de Educação Prioritária em Saúde.